

Congresso vai ouvir Planalto sobre reajuste do salário do Presidente

Geraldo Magela

LETÍCIA BORGES

O Congresso atual terá que fixar até dezembro não apenas os salários dos deputados e senadores, como também o do presidente, do vice e dos ministros de Estado. A discussão, certamente, vai tirar o foco das atenções sobre o aumento dos salários dos parlamentares, que talvez passe de 100%, de acordo com os estudos preliminares, ficando entre R\$ 8 mil e R\$ 10 mil. Fixar os salários do presidente, do vice e dos ministros é fundamental, porque eles balizam os vencimentos do Executivo. O próprio presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, tem dito que os salários do funcionalismo estão muito baixos. Ele já antevê as dificuldades que encontrará para formação de sua equipe de técnicos, que podem ganhar muito mais na iniciativa privada.

O presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), já decidiu pedir tanto ao presidente Itamar Franco como à equipe de Fernando Henrique sugestões para a fixação dos novos salários do Executivo. O ministro da Administração, Romildo Canhim, deve participar de um seminário que a Câmara vai promover sobre salários dos três Poderes.

Na avaliação dos assessores da presidência da Câmara, esta pode ser uma boa oportunidade para se tentar impulsionar a isonomia salarial entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

A decisão de Inocêncio de pedir propostas e estudos ao atual e ao futuro presidente com certeza vai provocar polêmica no Congresso e junto à opinião pública, sobretudo depois das novas medidas de caráter recessivo adotadas pela equipe econômica. No próprio Congresso, há quem defenda um aumento menor ou até mesmo o congelamento dos valores atuais, para não desgastar ainda mais a imagem do Legislativo.

O deputado Paulo Paim (PT-RS), por exemplo, que tem uma proposta de elevação do salário mínimo para R\$ 100 — que Fernando Henrique adiantou que vetaria —, defende a concessão do mesmo índice para os salários dos parlamentares. Para Inocêncio Oliveira, “uma coisa não tem nada a ver com a outra”. Ele disse que os mecanismos de reajustes não têm comparação, até porque

os vencimentos de parlamentares, presidente e ministros são estabelecidos pela Constituição. Segundo o presidente da Câmara, a decisão sobre o aumento será fruto de reunião entre as duas mesas do Congresso e as lideranças de todos os partidos, mas “ouvindo a realidade do País”.